

ATA NÚMERO 118XIII (3.ª)

A 4 de abril de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, da Diretora Regional de Cultura do Centro, sobre as declarações que proferiu acerca da não candidatura a apoios públicos às artes por parte do Leirena Teatro;

Audiência à Associação de Imprensa de Inspiração Cristã para apresentação dos novos órgãos sociais.

II PARTE

1. Informações;

2. Aprovação da ata da reunião de 20 de março de 2018;

3. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1325/XIII \(3.ª\)](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que adopte medidas urgentes para salvaguardar o Forte de Santo António da Barra.
- [Projeto de resolução n.º 1383/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Recomenda ao Governo que garanta a salvaguarda do Forte de Santo António da Barra.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1386/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias com vista a criação de um regime de exceção para as tradicionais danças e bailinhos de carnaval da Ilha Terceira, no âmbito das taxas referentes aos direitos de autor.

5. Apreciação do funcionamento do Grupo de Trabalho - Regime Jurídico do Associativismo Jovem.

6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 474/XIII \(3.ª\)](#) - Por um circo livre de animais em Portugal:

- Relator(a): a indicar pelo PS

7. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 484/XIII \(3.ª\)](#) - Reconsideração da reestruturação do Largo de Jesus em Setúbal:

- Relator(a): a indicar pelo BE

8. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 486/XIII \(3.ª\)](#) – Criação de Dia Nacional do Hóquei em Patins:

- Relator(a): a indicar pelo CDS-PP

9. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os resultados provisórios dos apoios às Artes e subsequentes declarações públicas a esse respeito.

10. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE para a audição da Diretora Geral das Artes e do Ministro da Cultura sobre os resultados dos concursos de apoio às artes.

11. Outros assuntos.

I PARTE

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, da Diretora Regional de Cultura do Centro, sobre as declarações que proferiu acerca da não candidatura a apoios públicos às artes por parte do Leirena Teatro

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela iniciou os trabalhos dando as boas vindas à Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro, Celeste Amaro.

De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), que sumariou as questões subjacentes ao requerimento:

- As declarações da Diretora Regional de Cultura do Centro que numa reunião que terá tido com o Leirena Teatro terá assinalado que não pediram dinheiro;
- De acordo com o que foi reproduzido na comunicação social, a Diretora Regional terá referido o seguinte:
“Como é possível? Ainda por cima na área do teatro! Foi algo que me tocou bastante. É uma lição de como um grupo profissional, com três atores, que se dedica de corpo e alma ao seu trabalho, vive sem pedir dinheiro, não incomoda a administração central.” Ainda acentuou que *“preferiram estar a trabalhar nesta programação, que não fica nada a dever às companhias profissionais subsidiadas, em vez de estarem ao computador a tratar do processo. As pessoas de Leiria devem estar orgulhosas por ter uma companhia assim.”*;
- O Grupo Parlamentar do PCP considera as declarações proferidas inaceitáveis porque cavam um fosso entre aquilo que são companhias de teatro apoiadas e não apoiadas e revela um profundo desconhecimento daquilo que é a própria missão constitucional que está acometida à questão da dinamização da cultura em Portugal;
- Questionou se a Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro mantém o teor das declarações que proferiu;
- Perguntou se a Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro tem noção de que as declarações em causa são ofensivas para quem presta serviço público de cultura;
- Há uma petição que está a circular a nível eletrónico que já reúne 1287 assinaturas, que tem uma série de nomes de profissionais ligados às estruturas

da região centro e não só, que considera inaceitável aquele incómodo que foi manifestado em relação àquela matéria;

- Se considera que tem condições para continuar como Diretora Regional de Cultura do Centro.

A Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro respondeu às questões suscitadas, nomeadamente, referindo que jamais criticaria ou critica as companhias profissionais de teatro que têm livre acesso aos apoios do Estado, sejam eles da Administração Central, da Administração Local, de apoios de fundos comunitários da Europa Criativa, de projetos transfronteiriços ou outros.

Intervieram, de seguida os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Gabriela Canavilhas (PS) Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) que, em síntese, agradeceram a exposição e colocaram algumas questões.

A Senhora Diretora Regional do Centro respondeu a seguir a cada uma das intervenções tendo referido, nomeadamente, que sempre cumpriu todas as suas comissões até ao fim e vai cumprir aquela, primeiro porque tem a sua consciência tranquila daquilo que disse, segundo porque a cultura como referiu não são só as estruturas culturais, mas essas estruturas culturais há muitas com quem já trabalhou e continuará a trabalhar.

Disse também que tem condições para continuar como Diretora Regional de Cultura do Centro.

Na segunda ronda, usaram da palavra para comentar e pedir esclarecimentos os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), José Manuel Pureza (BE) e Ana Mesquita (PCP), após o que a Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro respondeu às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Audiência à Associação de Imprensa de Inspiração Cristã para apresentação dos novos órgãos sociais

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto cumprimentou os representantes da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, Paulo Alexandre Ribeiro (Presidente da Direção), Paulo Fernando Rocha (Vice-Presidente da Direção), Maria da Conceição Vieira (Tesoureira da Direção), António Manuel Marques (Secretário da Direção), António Gonçalves Rodrigues (Vogal da Direção) e César Azevedo Gomes (colaborador), informando-os da grelha de tempos disponível para o efeito.

De seguida, e em conformidade com a referida grelha, foi dada a palavra aos representantes da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, que referiram em síntese:

- A Associação de Imprensa de Inspiração Cristã representa cerca de 170 títulos, 1,8 milhões de exemplares de jornais e revistas por mês que entram em circulação no território nacional e também em todo o mundo, uma vez que a expedição é feita sobretudo para os países da diáspora;
- Querem ser um parceiro ativo relativamente à discussão das medidas que afetam a comunicação social e não estão na Comissão apenas para pedir mais dinheiro para o setor, pensam que não é essa a principal preocupação;
- A principal preocupação, para além da sustentabilidade dos títulos que estão no mercado e das grandes ameaças que existem no âmbito da comunicação social, sobretudo na imprensa regional, passa pela aplicação da legislação existente que poderá ser suficiente para que essa sustentabilidade possa ocorrer, nomeadamente, o cumprimento da lei relativamente à publicidade institucional que não é cumprida;
- Sem órgãos de comunicação social é a própria democracia que está em causa.

Intervieram, de seguida os Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Carla Sousa (PS) Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) que, em síntese, agradeceram a exposição e colocaram algumas questões.

Os representantes responderam às questões colocadas, tendo referido, designadamente, que relativamente ao portal da transparência não faz sentido haver aquele portal da transparência para a imprensa regional, porque é uma carga de trabalhos desnecessária, uma vez que na própria ficha técnica do jornal vem mencionado quem é que são os titulares do capital social das publicações. No caso dos órgãos da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã que são afetos à Igreja é simples está lá 100% da instituição. Portanto, não há dúvidas relativamente a essa matéria. O portal da transparência foi feito para outros negócios.

A [audiência](#) foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II PARTE

1. Informações:

1.1. A Senhora Presidente da Comissão deu conhecimento que o Senhor Deputado Nuno Magalhães passou a representar o Grupo Parlamentar do CDS-PP na 12.^a Comissão como Deputado suplente.

1.2. A Senhora Presidente informou que o Dr. João Palmeiro, Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa (API), expressou a disponibilidade e interesse da API em participar na análise e discussão que a 1.^a Comissão vai fazer à proposta de lei da proteção de dados e onde a situação dos media é especialmente tratada. Nesse sentido, o Dr. João Palmeiro questiona se a 12.^a Comissão terá também alguma intervenção e, nesse caso, disponibilizar-se igualmente para o que a Comissão entender necessário.

A Senhora Presidente deu conhecimento que a [proposta de lei n.º 120/XIII/3.^a](#) - *Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados*, baixou na generalidade, no dia 28 de março de 2018, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (comissão competente), sem conexão com a 12.^a Comissão. Pelo que, a 12.^a Comissão não irá ter qualquer intervenção.

2. Aprovação da ata da reunião de 20 de março de 2018

A ata da reunião de 20 de março de 2018 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1325/XIII \(3.ª\)](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que adopte medidas urgentes para salvaguardar o Forte de Santo António da Barra.
- [Projeto de resolução n.º 1383/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Recomenda ao Governo que garanta a salvaguarda do Forte de Santo António da Barra.

A redação final da proposta de fusão apresentada pelos serviços dos projetos de resolução n.ºs 1325/XIII (3.ª) (CDS-PP) - *Recomenda ao Governo que adopte medidas urgentes para salvaguardar o Forte de Santo António da Barra* -, e 1383/XIII (3.ª) (PAN) - *Recomenda ao Governo que garanta a salvaguarda do Forte de Santo António da Barra*, foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1386/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias com vista a criação de um regime de exceção para as tradicionais danças e bailinhos de carnaval da Ilha Terceira, no âmbito das taxas referentes aos direitos de autor.

A pedido do Grupo Parlamentar do PCP, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

5. Apreciação do funcionamento do Grupo de Trabalho - Regime Jurídico do Associativismo Jovem

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) mencionou que faz um ano que as iniciativas legislativas respeitantes ao associativismo jovem baixaram à 12.ª Comissão, inicialmente por trinta dias, foi constituído um Grupo de Trabalho para discussão na especialidade daqueles diplomas, mas tem sido pedida a sucessiva prorrogação dos prazos para a discussão ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD pediu agendar este ponto na ordem do dia para discutir um calendário e os diplomas que há já um ano baixaram à Comissão.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu que o primeiro projeto de lei a dar entrada na Assembleia da República surgiu por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS e estavam a falar de uma alteração legislativa muito cirúrgica que alterava apenas dois artigos do Regime Jurídico do Associativismo Jovem.

Na sequência do Grupo Parlamentar do PS ter apresentado aquele projeto de lei, os Grupos Parlamentares do PSD, BE e PCP apresentaram projetos de lei sobre o mesmo objeto. Aquelas iniciativas legislativas baixaram, sem votação em Plenário, por acordo dos proponentes de todas as bancadas. Posteriormente, foi constituído um Grupo de Trabalho há cerca de um ano na 12.^a Comissão.

Referiu que convocou na altura uma reunião do Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Associativismo Jovem para o dia 4 de maio de 2017, que infelizmente não teve quórum de funcionamento.

No seguimento daquela tentativa da reunião, acabou por abordar pessoalmente todos os membros do Grupo de Trabalho e alguns dos oradores dos vários partidos que tinham feito a apresentação das propostas no Plenário, no sentido de havendo a intenção do Governo de apresentar uma proposta de lei, fazerem uma discussão conjunta da proposta de lei com os vários projetos de lei que os partidos apresentaram. Todos os partidos políticos deram a sua concordância com a metodologia que propôs e nesse sentido aguardaram a chegada da proposta de lei.

Também é um facto que a proposta de lei ainda não deu entrada na Assembleia da República e compreende a preocupação manifestada, mas a verdade é que o Governo mantém a sua intenção de apresentar aquela iniciativa legislativa na Assembleia da República.

6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 474/XIII \(3.ª\)](#) - Por um circo livre de animais em Portugal

A nota de admissibilidade da petição n.º 474/XIII (3.ª) - *Por um circo livre de animais em Portugal*, foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. O Grupo Parlamentar do PS ficou de indicar posteriormente o Deputado relator.

7. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 484/XIII \(3.ª\)](#) - Reconsideração da reestruturação do Largo de Jesus em Setúbal

Este ponto ficou adiado para a próxima reunião da Comissão.

8. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 486/XIII \(3.ª\)](#) – Criação de Dia Nacional do Hóquei em Patins

A nota de admissibilidade da petição n.º 486/XIII (3.ª) – *Criação de Dia Nacional do Hóquei em Patins*, foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP, tendo o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicado como Deputado relator o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

9. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os resultados provisórios dos apoios às Artes e subsequentes declarações públicas a esse respeito e 10. Apreciação e votação do requerimento do Grupo Parlamentar do BE para a audição da Diretora Geral das Artes e do Ministro da Cultura sobre os resultados dos concursos de apoio às artes.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou o do requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a audição urgente do Ministro da Cultura, sobre os resultados provisórios dos apoios às Artes e subsequentes declarações públicas a esse respeito, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

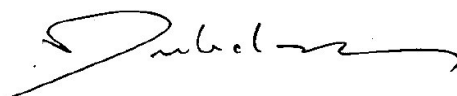
O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do BE para a audição da Diretora Geral das Artes e do Ministro da Cultura sobre os resultados dos concursos de apoio às artes, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício



(Pedro do Ó Ramos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar CDS-PP na reunião de 24 de abril de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Gabriela Canavilhas
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
João Torres
Luís Monteiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Sara Madruga da Costa